

MIGRAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: NOVAS CHAVES DE ENSINO PELA GEOGRAFIA

Gabriel Pérez Pérez

Doutor em Filosofia Política –
Universidad Complutense de
Madrid/Espanha.
Prof. do Departamento de Ciencias
Sociales -
Universidad Autónoma
Metropolitana,
Unidad Cuajimalpa
México.
gpperez@correo.cua.uam.mx

Luiz Alberto Luna

Prof. do Departamento de Ciencias
Sociales –
Universidad Autónoma
Metropolitana,
Unidad Cuajimalpa
México
luna@correo.cua.uam.mx

Resumo

O artigo destaca a necessidade do ensino da relação dentre cidadania, migração, ambiente e democracia com respeito às mudanças desenvolvidas em cidades e espaço público frente dos processos da globalização. A primeira seção tem no objetivo central abordar a questão da cidade e diversas manifestações e expressões da cidadania e da democracia, responder às transformações do espaço público e a fragmentação da cidade. Na segunda parte, a questão é o surgimento das novas ou diferentes formas dos direitos civis. O resultado é as transformações globais, a migração transnacional, meio ambiente e os movimentos sociais. A pesquisa foi feita na base dos análises dos casos e os bacos de dados produzidos pelo Instituto Nacional de Geografia, Estadística e Informática (INEGI), o Conselho Nacional da População (CONAPO) e Organização para a Cooperação y Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Palavras-chave: Cidadania, Migração, Cidade, Espaço Público, Estado, Meio Ambiente.

MIGRATION AND THE TRANSFORMATION OF PUBLIC SPACE: THE NEW KEYS TO TEACHING GEOGRAPHY

Abstract

The article highlights the need for education of the relationship among citizenship, migration, the environment and democracy with respect to the changes developed in the cities and the public space in front of the processes of globalization. The first section has the central objective to address the issue of the city and the various manifestations and expressions of citizenship and democracy, responding to the transformations of the public space and the fragmentation of the city. In the second part, the question is the emergence of new or different forms of civil rights. The result is the global transformations, transnational migration, environment, and social movements. The research was made on the basis of the analysis of the cases and databases produced by the National Institute of Geography, Statistics and Informatics (INEGI), the National Council of Population (CONAPO) and the Organization for Cooperation and Development (OECD).

Keywords: Citizenships, Migration, City, Public Space, State, Environment.

MIGRACIÓN Y TRANSFORMACIÓN DEL ESPACIO PÚBLICO: LAS NUEVAS CLAVES DE LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA

Resumen

El artículo destaca la necesidad de la enseñanza de la relación entre ciudadanía, migración, medio ambiente y democracia con respecto a los cambios desarrollados en las ciudades y el espacio público frente a los procesos de la globalización. La primera sección tiene el objetivo central abordar la cuestión de la ciudad y diversas manifestaciones y expresiones de la ciudadanía y de la democracia, responder a las transformaciones del espacio público y la fragmentación de la ciudad. En la segunda parte de la cuestión es el surgimiento de las nuevas o diferentes moldes de los derechos civiles. El resultado son las transformaciones globales, la migración transnacional, el medio ambiente y los movimientos sociales. La investigación fue hecha con base en los análisis de casos y los bancos de datos producidos por el Instituto Nacional de Geografía, Estadística e Informática (INEGI), el Consejo Nacional de Población (CONAPO) y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE).

Palabras clave: Ciudadanía, Migración, Espacio Público, Estado, Medio Ambiente.

Introdução

Produto das mudanças nas últimas duas décadas, um renovado interesse na questão da cidadania e da democracia. Na década dos 90 do século XX, várias regiões do mundo têm grandes mudanças políticas, os cidadãos dos países da Europa Oriental e da África do Sul começaram a exercer seus direitos. As transições de regimes militares na América Latina induzirão à prática da democracia e cidadania. Em na Ásia tem um interesse renovado no tema da democracia liberal, levantado debates sobre a relevância da noção de cidadania. Além disso, em um mundo de maior interação econômica, social, ambiental, cultural e migração, os direitos humanos parecem mais desejáveis do que nunca.

Contra o renovado interesse no estudo da cidadania, achamos que este deve ser um foco do ensino pela geografia além da tradição do pensamento em que os significados da democracia e cidadania foram ligados exclusivamente à escala do Estado-nação. Hoje é altamente questionável manter uma visão universal da democracia e da cidadania. Democracia e cidadania não são uniformes em todos os lugares, mantêm uma assimetria no espaço que deve ser estudado, para não cair em falsas generalizações.

Metodologia

A pesquisa foi feita com base em o análises dos conceitos geográficos: cidadania e espaço público em na época atual da globalização. A representação dos conceitos derivo em indicadores tais como a emigração, remessas e maquiladoras, dados sistematizados e analisados, extraídos dos bancos de dados feitos pelo Instituto Nacional de Geografia, Estadística e Informática (INEGI), o Conselho Nacional da População (CONAPO) e Organização para a Cooperação y Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os resultados encontrados foram novas maneiras da cidadania, mesmas que devem ser incorporadas a o ensino da geografia atual em nos diferentes graus. As novas formas da cidadania são: a ecológica e migrante.

A primeira parte deste artigo tem como objetivo central o tema da cidade e suas diversas manifestações e expressões da cidadania e da democracia, transformações do espaço público. Na segunda parte a questão do surgimento das formações cívicas novas ou diferentes, produto das transformações globais, ambientais, migração transnacional ou movimentos sociais.

Cidadania, cidade e espaço público

No transcurso da historia nós aprendemos que uma unidade contínua na história como uma rede: cidade, democracia e a cidadania são ligadas uns aos outros. Mas, os movimentos sociais e reivindicações de direitos civis que ocorrem nas cidades são cada vez mais incongruentes com práticas contemporâneas. Sob essa constituição, começam a ocorrer diferentes imagens e conhecimentos na cidade, democracia e cidadania (ISIN, 2002).

Uma cidade possibilita muitos pontos de contato social. Sennett (1997) observa que, desde o século XIX, o geógrafo baseado em seus antecessores esclarecidos, concebeu a cidade como artérias e veias do movimento, dando origem a novas formas de apropriação do espaço, os indivíduos foram estimulados pelo movimento.

Jones (2004) e Holston (2002) observaram que atualmente as cidades estão-se desenvolvendo o espaço da cidadania por formas emergentes de aprendizagem, ação e participação. Cidades não se tornem espaços públicos no sentido topográfico ou institucional,

mas no fato de que elas se tornam “*sítios*” do poder, ação conjunta coordenada através da fala e da persuasão. Redefinições da cidadania alcançadas através da luta pela inclusão têm fortalecido e até mesmo se tornar ideais normativos incorporados em noções do espaço público.

As cidades, especialmente as regiões metropolitanas, são locais cruciais do impacto da democracia global e do desenvolvimento estratégico das novas cidadanias (HELD, 1997; 2002; 2003; 2005). As migrações são experimentadas por massas de pessoas. Essas pessoas são mobilizadas em torno de reivindicações de direitos relacionados com as desigualdades, tais consequências desenvolvem novas fontes e novas agendas de direitos da cidadania. Assim, a experiência de vida torna-se o contexto e substância de novas formas de conhecer a cidadania (HOLSTOM, 2002).

A geração de nova cidadania urbana é uma das principais consequências da globalização (HELD, 2002; 2003; 2005). Pode-se falar de cidadania urbana, quando a cidade é a comunidade política mais importante, quando a residência na cidade é os critérios de adesão e base para a mobilização política e quando a reivindicação de direitos relacionados com a experiência urbana e ação cívica são constituintes da cidadania. Isin (1996; 1999; 2002) aponta que a cidade é um tipo específico de território onde tenham desenvolvido e inventado novas práticas da cidadania, movimentos específicos, fluidos e focalizados em questões específicas, tais como cidadãos indigentes que estão reunindo-se para criar novas formas de habitação.

A cidadania está enfrentando um processo de fragmentação espacial, registrado em nas cidades. Em Buenos Aires, Caracas e Santiago, temos iniciativas de descentralização; impor restrições aos vendedores de rua; e, subsidiar investimentos em outras áreas mais pobres da cidade. As empresas do setor imobiliário têm promovido palestras ambientais para fazer novo zoneamento, mais também áreas para beneficiar grupos sociais mais abastados financeiramente. Muitos dos maiores empreendimentos incluem centros comerciais, escolas e hospitais dentro de suas paredes, e novos equipamentos, tais como museus de arte e universidades privadas em locais adjacentes.

Os processos de fragmentação da cidade, espaço público, representam um risco elevado para o desenvolvimento dos direitos dos cidadãos e, portanto, a consumação da democracia. Em tempos modernos tem diferentes graus de incerteza.

Em Puebla, México, novos centros comerciais localizados dentro da cidade, só são acessíveis em carro. Eles são concebidos como espaços fechados com uma arquitetura defensiva, com dezenas de entradas, climatizados, e muito poucos telefones públicos ou bancos onde é muito raro ver neles os povos indígenas. Seus “espaços públicos” incluem atrações como pistas de gelo e espaços de exposição para carros importados. Shoppings oferecem uma porta de entrada natural para a juventude, para que eles sejam consumidores e telespectadores. Contrasta o fato em no Angelopolis Mall onde não pode ser encontrada uma livraria. Em Puebla, o ‘Centro Histórico’ enfatiza um espaço elite, “*europizado*”, com ordem, limpeza e uso moral. Algumas das classes altas solicitam a remoção dos ruidosos, indígenas, comerciantes, pessoas pobres, jovens que se encontram em no espaço público (JONES, 2004).

Os novos espaços públicos nos centros de Puebla, Quito, Cartagena, Cidade do México e Rio de Janeiro são museus de arte e centros de convenções, cafés em estilo europeu, ou recriações de paisagens do passado. Exemplos semelhantes podem ser no centro de Bogotá e Buenos Aires, onde a natureza pública de uma política enfatiza o imaginário cada vez mais privado. Com a possível exceção do Brasil, a democratização da América Latina não tem sido acompanhada de um debate sobre o tipo de visão do espaço urbano que suporta noções mais inclusivas de cidadania.

Em nos espaços públicos as identidades estão expostas, comunicadas, interpretadas, compreendidas e transformadas. As representações espaciais tornam-se locais estratégicos para

as lutas da democracia e da cidadania. O espaço público não tem sentido definido e não pode ser pensado como uma concessão do Estado, mas é ativo e constantemente construído através da identificação com uma variedade de grupos e sistemas de valores que não são baseados em identidades limitadas ou predeterminadas (WALZER, 1997; 1999).

No que tem que ver com as representações espaciais como locais estratégicas para a disputa da cidadania, Jones (2004), destaca o exemplo da rede de movimentos sociais formados para desafiar a privatização do espaço público tanto no sentido físico e discursivo. O caso do anúncio do Governo Federal mexicano em 1993 de um megaprojecto urbano na cidade de Puebla, foi plantado como um impulsionador económico para a cidade. O projeto irá afetar diretamente quatro bairros do centro da cidade, na orientação, arquitetura, base socioeconómica e possivelmente composição étnica. O projeto apresentado para os bairros como incompatíveis com a reconstrução de Puebla como uma cidade moderna, e parecia ainda mais fora do lugar após da redefinição do espaço público no centro.

O projeto levou a uma série de movimentos que eventualmente deu origem à União de Cidadãos Livres (UCL), um movimento que abrigava vários grupos que se opõem à privatização completa da “*Angelópolis*”, que inclui agricultores, moradores de assentamentos de baixa renda, organizações do país, entre outros. UCL não conseguiram parar a execução do projeto.

Os movimentos desafiam os discursos de uma identidade cultural imaginada que contou com bairros como 'tradicional', 'local' e 'comunidade' no sentido de ser “*anti-moderno*”. UCL arremessada suas identidades através de vários bairros. Por exemplo, eles desafiaram a ideia oficial de identidades do bairro como fixo no espaço e sujeitos da divulgação de preservar alguns aspectos compatíveis com o projeto e descartar outros. UCL alegou que os bairros eram espaços sociais e culturais onde as identidades foram relacionadas com as práticas populares particulares, como as festas dos santos.

Desde os anos 60 do século XX, o desenvolvimento das cidades, a expansão dos movimentos sociais, o direito de habitar a cidade e definir o uso dos espaços públicos tornaram-se aspetos mais significativos quanto às populações marginais foram expulsas para a periferia. Na década dos anos 80 do século XX, a luta pelo ambiente construído intensificou sob o neoliberalismo e os efeitos da reestruturação económica, enquanto espaços fortificados pela polícia para proteger os privilegiados. Aqueles a quem o estatuto jurídico pode ser negado, no entanto, envolver-se em ativismo político e influenciar as políticas locais, como no caso dos trabalhadores latinos sem documentos em Los Angeles. Usando uma série de estratégias em diferentes espaços para protestar (passeatas, comícios, teatros, igrejas, ocupação, greves de fome). A inclusão, no entanto, pode ser mais eficaz através de medidas adoptadas ao nível do bairro e comunidade (KOFMAN, 2003).

Migração e novos direitos cidadãos

A ênfase no conhecimento e formação da cidadania nos permite pensar nisso em constante mudança e não um produto final. No entanto, suas definições primárias, geralmente, derivadas de o Estado. Há uma enorme diversidade nas maneiras que diferentes estados definem o conceito de cidadania. Esta variedade também é expressa em mudanças nas definições do Estado ao longo do tempo. A ideia de formação enfatiza a qualidade e dinâmica da cidadania, que pode expandir ou contrair em momentos diferentes, dependendo do contexto em que o Estado fica integrado na economia global. Isso indica que a formação da cidadania é incerta ou tem uma margem de incerteza na construção dependendo das variáveis políticas e económicas que estão presentes. Uma das forças centrais que afetam a formação da cidadania é a economia.

A posição do Estado em relação ao capital é absolutamente crucial para entender como e por que a cidadania é definida ou redefinida a maneira que é. Isto é verdade para o governo local, desenvolvimento urbano e prática da cidadania na escala da cidade ou bairro.

A reestruturação política e econômica parece consistente para ter novas escalas de ação política. Permite uma definição de direitos e responsabilidades para a cidadania nacional. Estudos de geografia humana viram em torno à questão da cidadania, procurando incorporar outras formas da divisão social, além da classe, como a "raça" ou gênero, ou outros fenômenos globais como a migração. Os tempos do "pós-fordismo" projetam novas escalas de organização espacial do Estado-nação, compreender a desigualdade de acesso aos direitos.

Marston; Mitchell (2004, p. 95-100) diz que o conceito contemporâneo mais importante e a cidadania. As críticas vieram de teoria feminista, que apontou os problemas práticos e políticos inerentes à formulação liberal de um cidadão universal e de gênero neutro. Nas democracias ocidentais, o conceito de cidadão, tem sido associado com as relações de propriedade no mercado, e em seu lado mais liberal, tem sido um estatuto político e legal que foi negado o acesso a uma gama de indivíduos, com base no seu grupo étnico de origem ou condição socioeconômica. Há uma enorme lacuna entre o ideal liberal e a exclusão real a partir na cidadania prática. Ele excluiu as mulheres e outros grupos de participar na sociedade civil. Assim, as ideias sobre os papéis naturais dos homens e mulheres têm sido e continuam a ser central para as justificativas ideológicas da comunidade nacional dos cidadãos e sua relação com o Estado. Observando as principais falhas da construção do direito liberal da cidadania, as feministas têm mostrado como as interpretações culturais dos papéis naturais dos homens e mulheres têm afetado diretamente essas falhas.

Desde a década dos anos 60 do século XX, uma série de grupos tornou-se mais visíveis e afirmaram seus direitos dentro de um quadro que reconhece a igualdade através da diferença. Em alguns casos a comunidade gay teve que lutar contra a criminalização antes de exigir a igualdade de tratamento em áreas da vida econômica e social e sua exclusão das instituições do Estado. Quando o governo trabalhista chegou ao poder, em 1997, no Reino Unido, a comunidade gay ganhou maior reconhecimento. O direito de gays e lésbicas poderia permanecer nas forças armadas, mais venceu em outubro de 2000. Eles formaram novos espaços de cidadania, em locais menos regulados pelo próprio Estado, e operando com a ajuda de voluntários. Os direitos civis também foram estendidos pelo uso de direitos humanos internacionais.

Além disso, os fluxos econômicos entre fronteiras, fluxos de pessoas através das fronteiras nacionais tem colocado uma grande pressão sobre ambas as concepções políticas e da cidadania. Nas últimas quatro décadas, a migração teve uma intensidade e amplitude não vista, levando à formação de sociedades multi-étnicas de todo o mundo, e uma crescente demanda por reconhecimento e força de direitos e obrigações dos cidadãos. Nos últimos anos, desenvolveu-se um fenômeno importante chamado "migração transnacional" é novo modelo, um padrão de migração em que os imigrantes vivem em uma forma binacional, a instalação de residências e locais de trabalho em mais de um Estado-nação, o que envolve repensar e conhecer os direitos sociais tradicionais contra as mudanças que estão ocorrendo em todo o mundo, que foram afetados pelas políticas neoliberais (PÉREZ, 2006).

A força de trabalho é uma mercadoria. As condições que regem sua mobilidade são muito especiais. É a única mercadoria que pode chegar ao mercado por seus próprios pés (HARVEY, 1990).

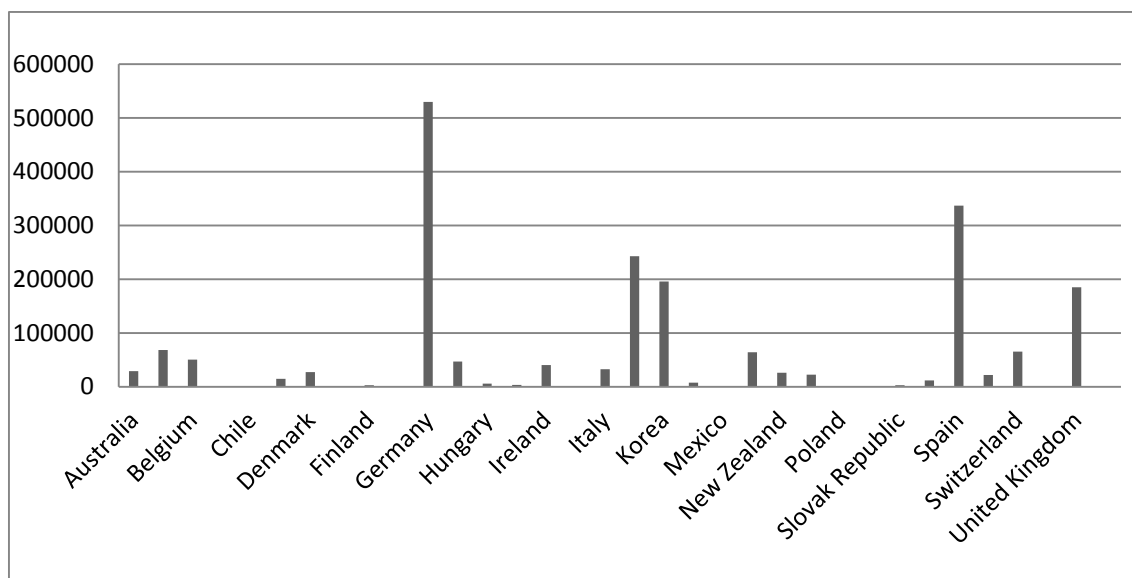


Gráfico 1 - Emigração em países da OCDE, 2010

Fonte: Organização Própria. Com base em OCDE (2015).

A migração transnacional tem enormes implicações para o conhecimento do conceito e a prática da cidadania. Uma nova maneira de pensar pela geografia sobre a identidade nacional e de pertença entre os próprios líderes migrantes. Por exemplo, para alguns estados pobres, como o México, República Dominicana e Índia, as remessas econômicas que os migrantes enviam de volta para "casa" tornaram-se uma parte indispensável da economia dos países beneficiários. Ao invés de arriscar a perder a lealdade desses migrantes, muitos dos quais estão estabelecidos com emprego e residência em cidades de grandes países, os estados mais pobres oferecem benefícios, tais como "dupla cidadania", que também conferem um sentimento de identidade nacional e um compromisso constante, além pode fornecer benefícios materiais importantes, como o direito de herdar a propriedade (olhar gráfico 1 e figura 1).

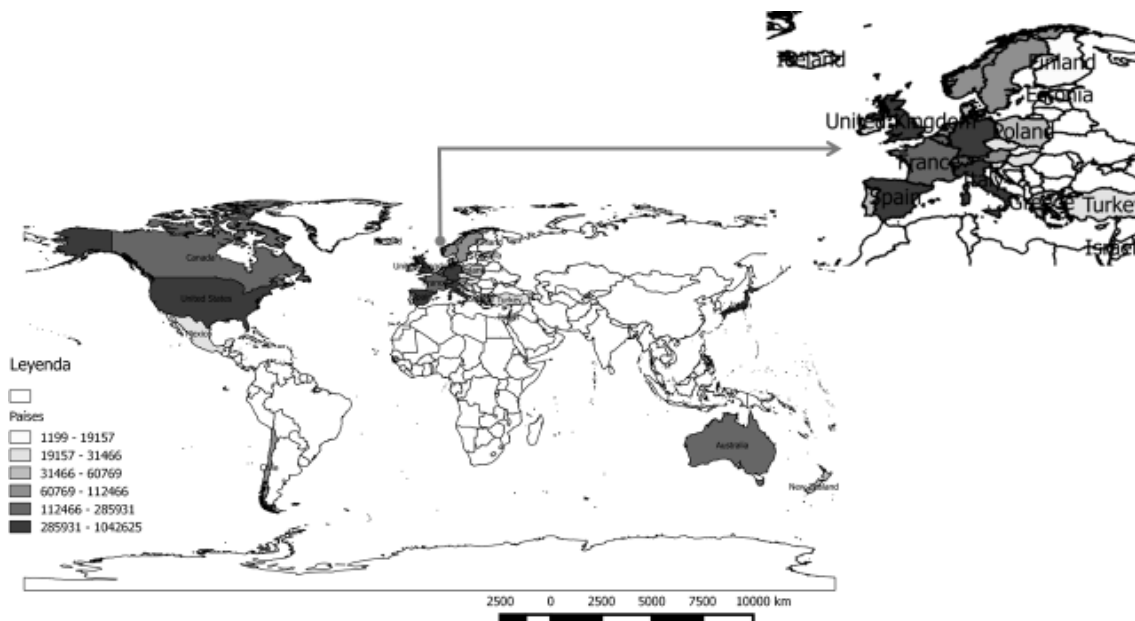


Figura 1 - Países da OCDE receptores dos migrantes, 2010

Fonte: Organização própria. Com base em OCDE (2015).

O principal corredor migratório é o México e os Estados Unidos. Em 2013, relatou-se 13.000.000 de pessoas nascidas no México, vivendo nos Estados Unidos de “*Norteamérica*” (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOBERANIA ALIMENTAR, 2014, p. 7).

A migração constitui fluxos importantes de pessoas e remessas. Principalmente migra o chefe de família, que, por meio desses fluxos, se conecta com sua comunidade através de múltiplas relações, culturais, econômica, política, familiar, étnica e religiosa. Em 2013, entrou a México US \$21.000.595 USD em remessas (CONAPO-BBVA BANCOMER, 2013). As remessas são uma forma de diversificar as fontes de renda e reduzir fatores de risco familiar de insegurança causada pelo clima imprevisível e econômico. Em México a ENHRM (2002) destaca que as remessas são o terceiro lugar na renda familiar (13%), a região Centro-Oeste tem o maior percentual sobre esta entrada (27,75%).

Ao longo dos últimos 50 anos da emigração mexicana, o número total de pessoas que deixaram o país para se estabelecer em outro, aumentou significativamente a partir de 639.000 pessoas em no ano 1960 para 11.800.000 pessoas em no ano 2010, ou seja, o número de emigrantes aumentou mais de 18 vezes, e em 2013, foi estimado que o número acumulado de emigrantes ultrapassasse 13.000.000 (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOBERANIA ALIMENTAR, 2014, p. 7).

O principal destino dos migrantes mexicanos têm sido e continua a ser os Estados Unidos, que responde por 98,1% dos migrantes mexicanos. As remessas recebidas pelo México em 2013 elevaram-se a \$21.600.000.000 USD. De 1995 a 2007, as remessas absorção anual mantiveram um crescimento estável, crescendo rapidamente desde 2000 e atingindo seu pico histórico em 2007 para chegar a \$26.100.000.000 USD. Junto com o crescimento das remessas também aumentou o número de famílias que recebem esses recursos. Entre 1992 e 2012, o número de famílias beneficiárias cresceu pouco mais de duas vezes, enquanto as remessas cresceram mais de cinco vezes entre 1995 e 2012. No entanto, o pico foi atingido em 2007, para

eventualmente cobrir 7% de domicílios no país, e desde então o número das remessas foi diminuindo para atingir apenas 4,5% do total de lares mexicanos (Centro de Estudios para el Desarrollo Rural Sustentable y la Soberanía Alimentaria, 2014, 20).

Note-se que existem vários fatores que explicam o maior ou menor acesso a migração. Um deles são as redes de solidariedade social e as informações que abrem portas para uma odisseia cheia de riscos, devido a problemas de fronteira. Emigração tem consequências para a distribuição do trabalho entre homens e mulheres, o que implica uma maior participação e responsabilidade das mulheres em tarefas produtivas, mercados de insumos, produtos e organizações locais (CEPAL, 1999, p. 40).

No México 342.000 famílias recebem remessas provenientes dos Estados Unidos de “Norteamérica”, 388 municípios rurais com alto número de migração (ROBLES, 2007, p. 38).

Tabela 1- Porcentagem de migração por entidade em México

ENTIDAD	EMIGRACIÓN 2000	EMIGRACIÓN 2010
Guanajuato	9.8	10.8
Jalisco	10.6	7.7
Michoacán	10.0	7.7
Estado de México	8.3	6.8
Puebla	4.3	6.6
Veracruz	4.9	5.6
Oaxaca	3.4	5.3
Distrito Federal	5.3	4.5
Guerrero	4.5	3.9
Hidalgo	3.7	3.7
San Luis Potosí	3.8	3.1
Zacatecas	4.0	2.8
Chihuahua	3.1	2.7
Querétaro	1.5	2.4
Chiapas	0.6	2.0
Tamaulipas	2.0	1.9
Morelos	2.8	1.9
Durango	2.6	1.7
Baja California	1.4	1.7
Sonora	0.9	1.6
Aguascalientes	1.5	1.5
Nuevo León	2.2	1.5
Nayarit	1.5	1.4
Sinaloa	2.1	1.4
Coahuila	1.3	1.3
Tlaxcala	0.5	1.2
Colima	0.8	0.6
Yucatán	0.4	0.6
Tabasco	0.2	0.5
Quintana Roo	0.2	0.4
Baja California Sur	0.1	0.3
Campeche	0.1	0.2

Fonte: Organização: Própria. Baseados no CONAPO (2010).

O que preocupa a pesquisadores como Martin (2000) é a dupla cidadania, produto de razões instrumentais ou egoístas, e não como uma expressão do compromisso real. Tanto esta dupla cidadania, podem estar faltando na coesão, unidade, pertencente, a identificação com a nação, lealdade, sacrifício, solidariedade, etc. Isto pode significar sérios problemas, como a degradação para o resto da população do significado da cidadania.

A dupla cidadania é apenas um exemplo das muitas reformas que estão como resultado de novas tensões características da reestruturação global (HELD, 2002; 2003; 2005). O Estado, em certo sentido, é “*desterritorializado*”, de modo que a sua fundação em uma comunidade nacional não corresponde diretamente a seus limites territoriais e têm que “*reteritorializar*” atividades econômicas, políticas e governamentais a nível regional e internacional (KEATING, 1997). Dupla cidadania confere identidade dentro de uma comunidade nacional, sem a necessidade de viver ou trabalhar nela, e o acordo legal, a identidade nacional pode ser compartilhada com outra nação (olhar figura 2).

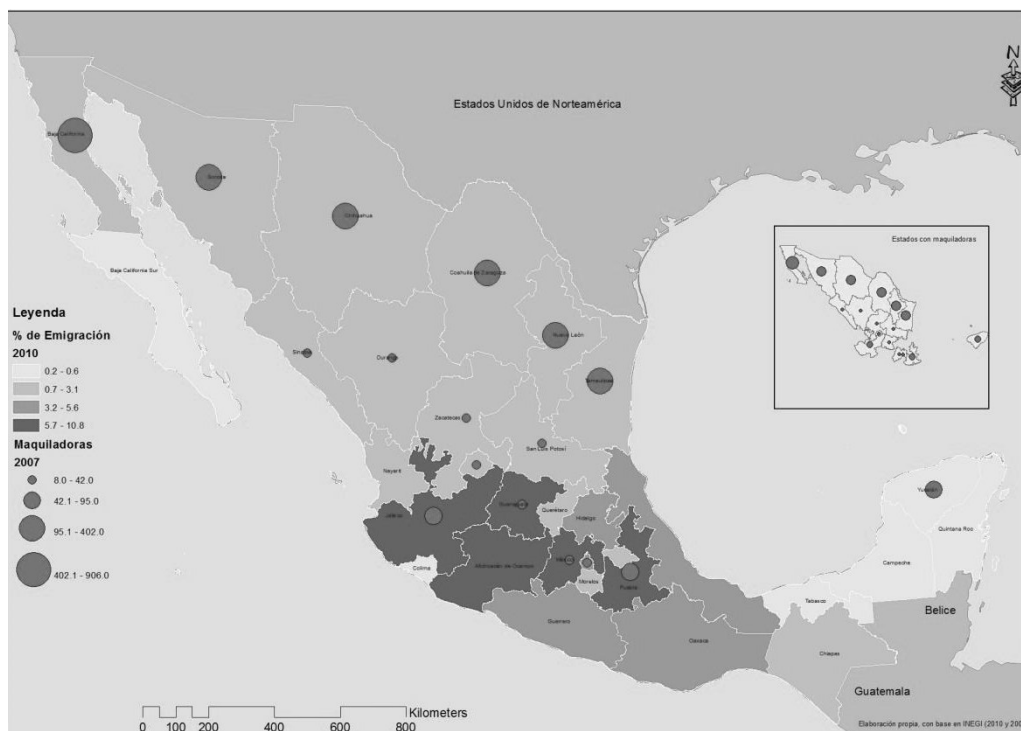


Figura 2 - México, migração 2010 e maquiladoras em 2007

Fonte: Luna (2014).

Com relação ao acima exposto, um exemplo de formações cívicas, Marston; Mitchell (2004), no caso do movimento de dezenas de milhares de pessoas na década de 80 e 90 do século XX, que mudou de Hong Kong para o Canadá, principalmente devido à transferência pendente do controle da Grã-Bretanha para a China em 1997. No Canadá, além do processo de imigração com base em um sistema de pontos. O programa de imigração de negócios, criado em 1978, mas bastante expandido em 1984 e 1986, foi explicitamente concebido para atrair aqueles que poderiam contribuir para o desenvolvimento econômico do Canadá. Em 1991, foi necessário que os investidores neste programa tivessem um patrimônio pessoal de pelo menos US \$500.000 dólares canadenses e prometeu investir US \$350.000 em um projeto de investimento canadense. Os empregadores devem ter um registro de negócios e abrir um negócio no Canadá empregando pelo menos um canadense, após três anos de residência no Canadá, os imigrantes poderão solicitar a cidadania canadense.

A proteção dos cidadãos em termos de seus direitos e obrigações tornou-se cada vez mais dispar, seletiva e fragmentada. Em certo sentido, parece ser um retorno a uma espécie de

cidadania para aqueles que possuem propriedade na forma das antigas cidades-estados, onde a cidadania foi limitada às classes privilegiadas (RIESENBERG, 1992). Na história moderna de formação da cidadania no Ocidente, foi estabelecida, a existência da comunidade dos cidadãos estava dentro das fronteiras nacionais. Como foram estabelecidos historicamente os direitos de cidadania, o senso de comunidade nacional, restrita a um território para o Estado-nação (SCHNAPPER, 2001, p. 93-94). No entanto, com a chegada de novos atores transnacionais, tais como imigrantes chineses de Hong Kong, espaço livre entre o Estado-nação e cidadania apresenta uma série de contradições e incertezas. Os direitos e deveres da cidadania no Canadá não estão tão estreitamente ligadas a ideia de uma comunidade limitada por fronteiras estatais (olhar figura 1).

O surgimento de comunidades sociais e políticas transnacionais constituídas pela migração “*transfronteiriça*”, começam a funcionar como base em das novas formas da identidade do cidadão, a tal ponto que os membros da comunidade são capazes de manter a identificação e solidariedade uns com os outros em todas as divisões territoriais do Estado. As identidades dos cidadãos surgem a partir das redes, atividades econômicas, abrangendo a sociedade política e cultural, tanto de origem e de acolhimento (SASSEN, 2002). A migração transnacional contemporânea tem um grande desafio para as concepções modernas da cidadania, que gera relações complexas e multifacetadas entre indivíduos, territórios, Estados-nação, mercados de trabalho e comunidades.

Ambiente e cidadania

As características que distinguem a cidadania cosmopolita estão exclusivamente dentro do Estado-nação, com características éticas ou morais e mecanismos de participação através das redes globais (FINE, 2007). Ato contra os diferentes problemas que podem afetar diferentes grupos e indivíduos, territórios e espécies. A participação pode ser através das instituições políticas supranacionais ou pode ser através das organizações da sociedade civil. É por esta razão que os movimentos sociais lutam pelo meio ambiente. Uma espécie de cidadão cosmopolita preocupado pela ecologia contribui para o desenvolvimento da democracia (WALDRON, 2003). O “*ambientalismo*” emergiu nas últimas décadas como uma “ética do cuidado” específica à natureza. Seguindo os primeiros esforços da preservação e conservação dos habitats naturais, “*ambientalismo*” envolveu movimentos sociais, direitos dos animais e manutenção da biodiversidade, apelando as fontes da energia renovável, o uso responsável dos recursos naturais, com destaque das questões relativas às obrigações e responsabilidades entre à natureza humana. Estes movimentos tiveram um impacto sobre o estabelecimento de regras e regulamentos dentro dos estados específicos para proteger ao ambiente, juntamente com uma série de acordos internacionais. Da mesma forma, o “*ambientalismo*” tem trazido uma nova alerta ou consciência da dependência entre as atividades humanas e o meio ambiente, causando uma mudança nos padrões de comportamento de milhões de pessoas em no mundo. Desde os investimentos e do consumo, questões ambientais, reciclagem, reutilização de materiais e redução dos usos de artefatos e os poluentes, pudemos identificar uma forma de cidadania ecológica com novos conhecimentos (ISIN; WOOD, 1999, p. 113-118).

No que diz respeito às discussões conceituais sobre a cidadania, tem dado pouca atenção à ideia da cidadania ambiental ou ecológica. Cidadania ecológica faz uma contribuição importante, com foco em direitos e obrigações. Mark Smith (1998) levanta a ideia do que ele chama a cidadania ecológica quando se refere a uma nova política da obrigação, ao abrigo do qual os seres humanos têm obrigações para com os “animais, árvores, montanhas, oceanos e outros membros da comunidade biológica”.

O conceito da cidadania ecológica reafirma a importância das responsabilidades. Que ligam os direitos e obrigações dos benefícios sociais da cidadania. Baseada no que constitui um ponto de vista contratual de direitos e obrigações. Cidadania é considerada um contrato entre o cidadão e o Estado, no qual os cidadãos reivindicam o estado, mas ao mesmo tempo o cidadão aceita contribuir para os objetivos do Estado. Este ponto de vista contratual da cidadania é muito comum, mas raramente se expressa de forma explícita. No entanto, a fonte das obrigações do cidadão ecológico não é reciprocidade ou benefício mútuo, mais em um sentido não recíproco da justiça, ou compaixão. As obrigações que o cidadão ecológico tem para com as gerações futuras e outras espécies não podem ser baseadas na reciprocidade (DOBSON, 2000).

A cidadania ecológica envolve "alterações significativas nos pressupostos humanos, comportamento e estruturas institucionais" e, dada na base de não reciprocidade, direitos territoriais e orientações ecológicas. Descobrimos que uma das mudanças mais importantes é o ressurgimento da ideia de uma política da virtude. Esse avivamento está ligado à "*remoralización*" contemporânea da política, que é uma característica da política ambiental. Cidadania ecológica normalmente trata de cuidar dos outros, portanto, longe de ser um obstáculo ao exercício da liberdade, precisa da atenção e o debate público constitutivo. Isso pode muito bem ser considerado como um novo conhecimento, uma virtude chave (DOBSON, 2000; 2006).

Uma das características da cidadania ecológica é a ligação do local e o global. Isto significa que as atividades da cidadania ecológica podem ocorrer em qualquer lugar. Ao mesmo tempo, a ideia de um "cidadão do mundo ou cosmopolita" parecia ir contra a realidade política, uma realidade que foi fundada no Estado-nação, e na qual os sentidos de dever e obrigação raramente se estendem além dela (FINE, 2007). No entanto, os movimentos ambientais das últimas décadas levaram a uma situação em que a ideia de uma sociedade civil global não é mais absurdo. Da mesma forma, ele formou uma esfera pública global, como uma realidade política, graças às novas relações da comunicação global. Respeito as ações dos ativistas das ONGs pode ser concebida a produção de uma nova orientação para a identidade política, do espaço e da comunidade, que, cumulativamente, pode ser descrito como a sociedade civil global. Höffe (2007, p. 269) observa que "o cidadão cosmopolita está interessado, portanto, em ter uma ampla visão da natureza como a fundação intercultural desta visão".

Os novos conhecimentos e reflexões sobre a cidadania global levantam mais perguntas do que resolvem. "Cidadania ecológica" pode significar politizar o conceito de ecologia de uma forma que é mais do que uma preocupação ética para o ambiente. "Cidadania" refere-se não só para os direitos legais e políticos, mas também a várias práticas em que os humanos agem como agentes políticos e morais. Até agora, a "cidadania ecológica" não é plenamente reconhecida ou entendida como um conceito político, não tem valor limitado para reconstruir um conceito adequado da cidadania em nossa era. Cidadania ecológica deve significar que a razão ecológica não é inerentemente política. No sentido de que pode ser construída em um programa político, mas no sentido que as transportadoras e aqueles que reivindicam direitos são indivíduos e grupos. Não a natureza ou o ambiente.

Cidadania ecológica tem o efeito global de perturbar ideias estabelecidas sobre a cidadania. É referida as obrigações dos direitos. Obrigações principalmente devidas ao estranho, distante no espaço e no tempo, envolvem virtudes de cuidado e compaixão. Praticada nas esferas públicas e privadas. É o reconhecimento das atividades dos cidadãos no setor privado é talvez a cidadania ecológica. Contribuição mais distintiva. Do ponto de vista de cidadania ecológica, o setor privado não deve ser visto como uma barreira para a cidadania, mas como um lugar onde podem ser efetuadas as virtudes, trampolim para a abrangência internacional e "intergeracional", uma dimensão cosmopolita (STEVENSON, 2003).

Considerações finais

O debate sobre o processo de reconfiguração do mapa político ainda está ativo e a natureza da democracia aplicada em diferentes contextos espaciais dos estados, regiões e localidades deve ser investigada. Cidadania apesar de uma democracia formal que parece estar cada vez mais presente é confrontada com um novo conjunto de incertezas. As incertezas têm formas de inclusão e exclusão das populações migrantes; incerteza sobre a localização do poder soberano. Incertezas sobre as prioridades da legislação nacional, incerteza sobre a reconfiguração das identidades culturais, incerteza sobre a transmissão de os conhecimentos aprendidos pelo ensino da geografia.

A cidadania é um conceito em constante construção, particularmente em períodos de transformação estrutural em grande escala. Mais importante ainda, é uma compreensão de essas mudanças, em especial das alterações que permitem uma maior igualdade e justiça. Diversas e dinâmicas populações.

Cidadania tem muita atenção nos últimos anos. Devido às mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas muito dispersas. Ocorridas em diferentes escalas e o surgimento de novas demandas de direitos individuais e de grupo. O desafio hoje é promover o ensino da igualdade através de uma estrutura que reconhece diferentes formas de pertença. Em particular, isto requer repensar os espaços em que os indivíduos e grupos podem ser incorporados, cidadãos nacionais. Devemos enfatizar a atenção para as complexidades do exercício da cidadania em diferentes escalas e em diferentes lugares.

A cidadania ecológica tem o efeito global de perturbar ideias estabelecidas sobre a cidadania. São referidas obrigações de direitos; estas obrigações, principalmente devidas ao estranho, distante no espaço e no tempo, e envolvem virtudes de cuidado e compaixão, é praticada nas esferas pública e privada. É o reconhecimento da atividade dos cidadãos no setor privado. Talvez a cidadania ecológica seja a contribuição mais distintiva. Do ponto de vista da cidadania ecológica, o setor privado não deve ser visto como uma barreira para a cidadania, mas como um lugar onde pode ser efetuada, quando as virtudes podem ser aprendidas um trampolim para a abrangência internacional e “*intergeracional*”, uma dimensão cosmopolita.

Referências Bibliográficas

CENTRO DE ESTUDIOS PARA EL DESARROLLO RURAL SUSTENTABLE Y LA SOBERANÍA ALIMENTARIA - CEDRSSA. **México: migración y remesas**. México: Centro de Estudios para el Desarrollo Rural Sustentable y la Soberanía Alimentaria, 2014.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Efectos sociales de la globalización sobre la economía campesina**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1999.

CONAPO. **Índice de Emigración y Marginación, 2010**. México: Conapo, 2010.

CONAPO-BBVA Bancomer. **Anuario de emigración y remesas. México**. México: Conapo-BBVA Bancomer, 2013.

DOBSON, Andrew. Ecological Citizenship; A Disruptive Influence? In: PIERSON, C.; TORNEY, S. (Ed.). **Politics at the Edge: the PSA yearbook 1999**. Houndmills: Basingstoke and New York: St. Martin's Press, 2000.

DOBSON, Andrew. **Citizenship and the Environment**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

FINE, Robert. **Cosmopolitanism**. London: Routledge, 2007.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HELD, David; MCGREW, Anthony, A **Globalización / Antiglobalización. Sobre la Reconstrucción del Orden Global**. Barcelona: Paidós, 2003.

HELD, David et. al. **Transformaciones Globales. Política, Economía y Cultura**. México: Oxford University Press, 2002.

HELD, David. **La Democracia y el Orden Global. Del Estado Moderno al Gobierno Cosmopolita**. Barcelona: Paidós, 1997.

HELD, David. **Un Pacto Global. La Alternativa Socialdemócrata al Consenso de Washington**. Madrid: Taurus, 2005.

HÖFFE, Otfried. **Ciudadano Económico, Ciudadano del Estado, Ciudadano del Mundo. Ética y Política en la Era de la Globalización**. Buenos Aires: Katz, 2007.

HOLSTON, J. **Urban Citizenship and Globalization. Global City-Regions, Trends, Theory, Policy**. A. J. Scott. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ISIN, E. F. City, **Democracy and Citizenship: Historical Images, Contemporary Practices**. Handbook of Citizenship Studies. E. F. Isin y B. S. Turner. London: Sage, 2002.

ISIN, E. F. **Global City-Regions and Citizenship. Local Places in the Age of the Global City.** Keil, R.; WEKERLE, G. R.; Bell, D. V. J. Montréal: Black Rose Books, 1996.

ISIN, Engin F.; WOOD, Patricia K. **Citizenship and Identity**, London, 1999.

JONES, G. A. **The Geopolitics of Democracy and Citizenship in Latin America. Spaces of Democracy. Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation.** C. Barnett. y M. Low. London: Sage Publications, 2004.

KEATING, M. The Invention of Regions: Political Restructuring and Territorial Government in Western Europe. **Environment and Planning C; Government and Policy**. 15, 1997.

KOFMAN, E. **Rights and Citizenship. A Companion to Political Geography.** J. Agnew, K. Mitchell y G. Toal. UK: Blackwell Publishing, 2003.

LUNA, Luis. La desvalorización de la tierra en el patrón de producción, agudizada por las reformas energética y laboral de Enrique Peña Nieto (2012-2018). **Estudios Socioterritoriales. Revista de Geografía**. 16,1, jul-dic 2014, pág. 47-80.

MARSTON, S. A. y K. MITCHELL. Citizens and the State: Citizenship Formations in Space and Time. **Spaces of Democracy. Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation.** C. Barnett y M. Low. London: Sage Publications, 2004.

OCDE. International Migration Outlook. França: OCDE, 2015.

PÉREZ, Gabriel. **Ciudadanía y Derechos Sociales en el Proceso de Integración Política de la Unión Europea**, México: UAM-Azcapotzalco/Eón Sociales, 2006.

PROCESAM-COLMEX-REAP. **Encuesta Nacional a Hogares Rurales de México.** México: PROCESAM-Colegio de México y REAP, 2002.

RIESENBERG, P. **Citizenship in the Western Tradition. Plato to Rousseau.** North Carolina: The University of North Carolina Press, 1992.

ROBLES, Héctor. **El sector rural en el siglo XXI. Un mundo de realidades y posibilidades. México.** México: Centro de Estudios para el Desarrollo Rural Sustentable y la Soberanía Alimentaria, 2007.

SASSEN, S. **Towards Post-National and Denationalized Citizenship. Handbook of Citizenship Studies.** E. F. Isin y B. S. Turner. London: Sage, 2002.

SCHNAPPER, D. **La Comunidad de los Ciudadanos. Acerca de la Idea Moderna de Nación.** Madrid: Alianza, 2001.

SENNETT, Richard. **Cuerpo y piedra. El cuerpo y la ciudad en la civilización occidental.** Madrid: Alianza Editorial, 1997.

SMITH, Mart. **Ecologism: Towards Ecological Citizenship**. Milton Keynes, Open University Press, 1998.

STEVENSON, Nick. **Cultural Citizenship. Cosmopolitan Questions**, Berkshire, U. K: Open University Press, 2003.

WALDRON, Jeremy, Teaching Cosmopolitan Right”, In: MCDONOUGH, Kevin; FEINBERG, Walter (Edited). **Citizenship and Education in Liberal-Democratic Societies. Teaching for Cosmopolitan Values and Collective Identities**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

WALZER, Michael. Esferas de Afecto. In: NUSSBAUM, Martha C. (Coord.). **Los Límites del Patriotismo. Identidad, Pertenencia y Ciudadanía Mundial**. Barcelona: Paidós, 1999.

WALZER, Michael. **Las Esferas de la Justicia. Una Defensa del Pluralismo y la Igualdad**, México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

Artigo recebido em: 02 jun. 2016
Aprovado em: 07 jul. 2016